



Três PECs da reforma política aguardam liberação da pauta

Matérias sobre suplente de senador, datas de posse e referendo sobre sistema eleitoral esperam apenas votação de MP que hoje tranca a pauta para serem analisadas. Presidente do Senado considera o tema prioridade

Além dessas três propostas que estão na ordem do dia e já foram aprovadas pela CCJ, também estão tramitando a PEC que prevê voto proporcional com lista fechada

para a Câmara dos Deputados e projeto sobre fidelidade partidária. A questão do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais acabou arquivada de-

vido a um impasse que, segundo o relator da proposta, Aloysio Nunes, está perto de se resolver, pois ele já recolheu as assinaturas necessárias para o desarquivamento. **3**

José Petrangili/Secom-MT



Colheita de algodão na Chapada dos Guimarães (MT): Receita espera receber 6 milhões de formulários este ano

"IPTU rural" deve ser entregue até dia 30

Os proprietários de fazendas, sítios, pastagens e plantações já podem baixar o programa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

no site da Receita Federal e enviar o formulário pela internet. O *Especial Cidadania* traz informações sobre como declarar o pagamento. **8**

Política econômica do país é elogiada **6**

Anna Volpke/Senado Federal



Philippe Léna, senador Cristovam Buarque, Carlos Alberto Silva e Homem de Carvalho: críticas ao alto padrão de consumo

Especialistas querem reduzir o crescimento

Os três professores que debateram o tema decrescimento na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 foram unânimes ao condenar

o desenvolvimentismo, que leva a um padrão de consumo de recursos naturais muito superior à capacidade de produção do planeta. **7**

Senadores condenam proposta de marco regulatório para mídia

Jarbas Vasconcelos e Alvaro Dias afirmaram que ideia de fixar regras para

o setor, apresentada no 4º Congresso do PT, visa calar os jornalistas. **4**



Gerardo Magaldi/Senado Federal

João Vicente, Paulo Paim e, pelo governo gaúcho, Ronaldo Teixeira da Silva

Filho de Jango propõe apuração definitiva do período militar

Ao falar sobre a Campanha da Legalidade, João Vicente Goulart defendeu que a passagem

dos 50 anos do golpe de 1964 sirva para que se apure a verdade sobre o período militar. **5**

Revista *Em discussão!* sobre crack será lançada dia 14 **2**

Em audiência pública marcada pela CAS para o dia 14, o diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, apresentará a publicação

Revista sobre crack será lançada em comissão

O PRESIDENTE DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Jayme Campos (DEM-MT), e os senadores Wellington Dias (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS), presidente e vice-presidente da Subcomissão sobre Dependentes Químicos, coordenarão audiência pública no dia 14 em que será lançada a oitava edição da revista *Em discussão!*. O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, apresentará a revista aos membros da comissão.

A dependência química é um dos mais preocupantes problemas de saúde pública do mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima em até 270 milhões os usuários de drogas ilegais, com até 263 mil mortes por ano.

O crack, introduzido no Brasil

nos anos 1980, agravou essa realidade, tornando-a mais evidente nas cracolândias das grandes cidades. Além disso, já se sabe que o crack tem efeito mais destrutivo que outras drogas (atrás apenas do álcool e da heroína, de acordo com um estudo inglês de 2010).

Por conta disso, a CAS criou este ano uma subcomissão para lidar com a dependência química. O objetivo é formular propostas que melhorem o atendimento público às vítimas das drogas, incluindo o crack e o álcool. Os debates promovidos pelo grupo deram origem à revista.

Até o momento, as discussões, espelhadas no conteúdo da revista, apontam que o crack já pode ter atingido mais de 2 milhões de usuários no Brasil. Enquanto cresce no país o número de

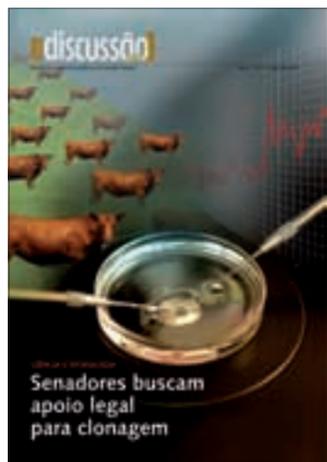
usuários, médicos convidados pela comissão apontaram para a desarticulação da rede pública de atendimento aos viciados.

O maior problema está na falta de leitos para internação de dependentes que precisam se desintoxicar para, então, ter chances de voltar ao convívio da sociedade. Após a reforma psiquiátrica, a partir de 2002, houve grande redução na oferta de leitos para saúde mental (área em que está incluída a dependência das drogas).

Dessa forma, ONGs, especialmente as ligadas a igrejas, estão ocupando esse espaço, oferecendo às famílias com dependentes químicos uma opção para tratamento. Porém, essas entidades não obedecem a padrões, não são fiscalizadas e, por isso, nem sequer recebem apoio público.



Primeiro número, petróleo no pré-sal



Clonagem: debate em maio de 2010



Contribuição sobre destino do lixo

Em discussão! aborda grandes debates do Senado

Criada há um ano e meio, *Em discussão!*, publicada pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), aborda, a cada edição, um tema discutido em audiências públicas realizadas pelas comissões do Senado.

A ideia é que esses debates, geralmente realizados com os maiores especialistas nos assuntos, ganhem maior repercussão, já que raras vezes chamam a atenção da grande imprensa. Para isso, a revista conta com os mais variados recursos, como infografias e fotografias.

As oito edições já trataram de: (1) Petróleo no pré-sal; (2) Clonagem; (3) Resíduos sólidos; (4) Mortalidade materna; (5) Aviação civil; (6) Banda larga; (7) Trabalho escravo; e (8) Crack e dependência química.

Cada edição é distribuída para públicos específicos, geralmente composto por entidades, empresas, especialistas, universidades e órgãos públicos diretamente



Mortalidade materna, tema da 4ª edição



Desafios enfrentados pela aviação



A primeira deste ano: banda larga



Edição teve destaque em evento na ONU



Edição sobre crack e dependência química é a oitava da série temática

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Manutenção da educação infantil

16h A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 22/11) proveniente da Medida Provisória 533/11, que autoriza a União a transferir recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

Presidência Recepção ao procurador-geral da República

12h José Sarney preside sessão conjunta do Congresso Nacional para votação de projetos de créditos orçamentários; às 16h, preside a ordem do dia; e, em seguida, recebe o procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

CCJ Coligações eleitorais

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa, entre outros, projeto que permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Congresso Votação de créditos orçamentários

12h Reabertura da sessão do Congresso Nacional, suspensa na quinta-feira, para a votação de projetos de abertura de créditos orçamentários para vários ministérios e órgãos públicos.

CDR Bilhete único e transporte integrado

14h Projeto que institui regime especial para o transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou de rede integrada de transportes, é um dos itens da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CI Mobilidade urbana e recursos hídricos

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura vota, entre outras matérias, projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e o que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Três PECs aguardam apenas que a pauta seja destrancada pela votação de uma medida provisória. Tema é considerado prioritário por José Sarney

Financiamento será votado de novo, garante relator

Uma das mais polêmicas questões da reforma política, o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais passou por um impasse que, segundo o relator do PLS 268/11, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), está muito perto de se resolver. Em sessão tumultuada, dia 24 passado, a CCJ rejeitou o relatório de Aloysio, contrário ao financiamento público, e também rejeitou o voto em separado de José Pimentel (PT-CE), favorável. A matéria acabou sendo arquivada e, para voltar à CCJ, precisa de recurso assinado por um décimo dos membros da comissão.

– Já tenho as assinaturas necessárias. Aguardo apenas parecer do presidente da CCJ [Eunício Oliveira (PMDB-CE)], para entrar com o recurso. Mas é inevitável que essa matéria seja decidida pelo Plenário. Para um assunto importante e de tanta complexidade e de tanta polêmica, não poderia ser diferente – disse Aloysio.

O equívoco que provocou o arquivamento, segundo Eunício Oliveira, foi provocado pela votação tumultuada. Logo após os resultados, ele designou Renan Calheiros (PMDB-AL) para fazer o parecer determinando o envio ao arquivo, mas Renan concluiu que, ao rejeitar o relatório contrário ao projeto, a CCJ aprovou o texto original. A segunda votação estaria rejeitando apenas o voto em separado de José Pimentel.

O presidente da CCJ está analisando o parecer de Renan e afirmou que vai submetê-lo a votação.

O texto da Comissão de Reforma Política justifica que o financiamento público “inspira-se na necessidade de redução dos gastos dessas campanhas, que vêm crescendo exponencialmente no país, bem como na necessidade de pôr fim à utilização de recursos não contabilizados”.



As eleições municipais, estaduais, distritais e federal vão acontecer no mesmo dia a partir de 2018, se projeto for aprovado

Reforma política entra na ordem do dia do Plenário

O DEBATE SOBRE mudanças no sistema político brasileiro avançou no Senado, e três propostas de emenda à Constituição (PEC) – dos 11 itens que formam o conjunto de projetos elaborados pela Comissão de Reforma Política – podem ser votadas a qualquer momento no Plenário: regras para suplente de senador (PEC 37/11), novas datas para posse de prefeitos, governadores e presidente da República (PEC 38/11) e realização de um referendo para validar as mudanças no sistema eleitoral (PEC 42/11).

O anúncio foi feito semana passada pelo presidente da Casa, José Sarney, e agora a votação só depende que a pauta seja destrancada pela decisão sobre a Medida Provisória 533/11, que autoriza a União a repassar recursos aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas escolas públicas de educação infantil.

Além dessas três PECs que estão na ordem do dia e já foram aprovadas pela Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ), também estão tramitando a PEC 43/11, que prevê voto proporcional com lista fechada para a Câmara dos Deputados, e o projeto de lei (PLS 266/11) que trata de fidelidade partidária.

Sarney determinou que as propostas da reforma política estejam entre as matérias prioritárias para votação. As PECs vão passar por cinco sessões deliberativas para discussão em primeiro turno, conforme prevê o regimento, e só voltam à CCJ se receberem emendas.

Um só suplente

A PEC 37/11, que tem Luiz Henrique (PMDB-SC) como relator, reduz de dois para um o número de suplentes de senador. Além disso, proíbe que o suplente seja cônjuge, parente até segundo grau do titular, consanguíneo ou por adoção. Essa PEC também estabelece que a convocação do suplente terá caráter temporário. Quando ocorrer o afastamento definitivo do titular, o suplente

exercerá o cargo somente até a eleição de novo senador.

Pela PEC 38/11, relatada por Renan Calheiros (PMDB-AL), as eleições municipais, estaduais, distritais e federal passarão a acontecer no mesmo dia, a partir de 2018. Para tornar isso possível, prefeitos e vereadores eleitos em 2016 teriam, excepcionalmente, mandatos de apenas dois anos.

As datas de posse também sofreriam mudanças: prefeitos em 5 de janeiro, governadores no dia 10 de janeiro e presidente da República no dia 15 de janeiro. A intenção é evitar o inconveniente de compromissos formais no feriado de 1º de janeiro e ainda permitir, com as datas diferentes, que os eleitos possam comparecer à posse dos chefes de Executivo de outro nível.

Já a PEC 42/11 introduz no texto constitucional a exigência de que alterações do sistema eleitoral só poderão vigorar após a realização de um referendo popular. O relator é Romero Jucá (PMDB-RR).

Onze propostas nascidas de mais de cem projetos

As 11 proposições em tramitação foram elaboradas pela Comissão de Reforma Política, que foi instalada em 22 de fevereiro e entregou as propostas a José Sarney no dia 18 de maio. A comissão reuniu 15 senadores e foi presidida por Francisco Dornelles (PP-RJ).

Em 45 dias de trabalho, a comissão pesquisou mais de 100 projetos em tramitação no Senado e conseguiu aprovar as 11 propostas, que abordam todos os temas. Depois da entrega, as propostas foram lidas em Plenário antes de seguir para análise da CCJ.

Além de Dornelles, a Comissão de Reforma Política contou com senadores de forte experiência na política nacional, como Fernando Collor (PTB-AL), Itamar Franco – morto em julho – e Roberto Requião (PMDB-PR). A escolha dos integrantes foi feita pelo presidente da Casa, José Sarney.

As 11 proposições seguiram para análise da CCJ, que rejeitou duas: a PEC 39/11, que extinguiu a reeleição no Executivo, e a PEC 41/11, que possibilitava candidatura avulsa nas eleições municipais.

Regras para a propaganda gratuita em rádio e TV (PLS 267/11) foram aprovadas na CCJ e podem ir direto para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Hoje, a CCJ deve analisar requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para tramitação em separado da PEC 23/11, sobre eleições internas diretas nos partidos para escolha dos candidatos a cargos eletivos, e da PEC 43/11, sobre eleição em lista fechada. As duas proposições já haviam sido rejeitadas pela CCJ, mas quando tramitavam em conjunto. Separadas, elas voltarão à comissão. As reuniões do colegiado, que regimentalmente ocorrem às quartas-feiras, foram antecipadas por causa do feriado de 7 de Setembro.

O que dizem e por onde andam as proposições

TEMA	O QUE ESTABELECE	TRAMITAÇÃO
▶ Suplência de senador (PEC 37/11)	Reduz de dois para um o número de suplentes de senador e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular	Na ordem do dia do Plenário (aprovada na CCJ)
▶ Data de posse e duração de mandato (PEC 38/11)	Estabelece mandato de cinco anos para prefeitos, governadores e presidente da República. O dois primeiros tomariam posse em 10 de janeiro, e o presidente, em 15 de janeiro	Na ordem do dia do Plenário (a CCJ aprovou parecer que rejeita os cinco anos de mandato e aprova eleição unificada com novas datas para as posses: 5, 10 e 15 de janeiro)
▶ Referendo (PEC 42/11)	Estabelece que um referendo popular aprove a entrada em vigor de lei ou emenda constitucional que altere o sistema eleitoral	Na ordem do dia do Plenário (aprovada na CCJ)
▶ Sistema eleitoral (PEC 43/11)	Institui o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados, respeitada a alternância de um nome de cada sexo	Aguarda inclusão na ordem do dia (rejeitado na CCJ substitutivo pelo sistema “distritão”, mas recebeu recurso para votação em Plenário)
▶ Fidelidade partidária (PLS 266/11)	Prevê a perda de mandato por desfiliação partidária em casos nos quais não se configure incorporação ou fusão de legenda, criação de novo partido, desvio de programa partidário e grave discriminação pessoal	Tramita em Plenário (reenviado à CCJ para exame de emenda que inclui criação de partido entre as justificativas para parlamentar trocar de partido sem perder o mandato)
▶ Coligações (PEC 40/11)	Permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (presidente da República, governador e prefeitos)	Tramita na CCJ (foi enviada a Plenário em julho, após ser aprovada pela CCJ, mas retornou à comissão por ter sido apensada à PEC 29/07)
▶ Domicílio eleitoral (PLS 265/11)	Proíbe a transferência de domicílio eleitoral de prefeitos e vice-prefeitos durante o exercício do mandato	Enviado à Câmara dos Deputados (aprovado na CCJ)
▶ Cláusula de desempenho (PLS 267/11)	Inclui entre os critérios em vigor para funcionamento partidário na Câmara eleger e manter filiados no mínimo três deputados, de diferentes estados	Aprovado na CCJ e pode seguir direto para a Câmara, mas ainda está em prazo para recurso
▶ Fim da reeleição (PEC 39/11)	Torna inelegível presidente da República, governador e prefeito para os mesmos cargos, no período subsequente	Arquivada (rejeitada na CCJ)
▶ Candidatura avulsa (PEC 41/11)	Acaba com a exigência de filiação partidária para candidatos em eleições municipais	Arquivada (rejeitada na CCJ)
▶ Financiamento público de campanha (PLS 268/11)	Destina recursos ao Tribunal Superior Eleitoral em valor correspondente a R\$ 7 por eleitor inscrito, a serem aplicados exclusivamente por partidos políticos e respectivos candidatos nas campanhas eleitorais	Aguarda definição (CCJ rejeitou parecer contrário do relator e também rejeitou voto em separado favorável. Foi anunciado arquivamento, mas o parecer sobre o resultado da sessão indica a aprovação do projeto original)

Para o senador pernambucano, proposta discutida pelo PT visa criar um "tribunal inquisidor da comunicação" para controlar os jornalistas

Jarbas critica marco regulatório da imprensa

O SENADOR JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a intenção, discutida no Congresso do Partido dos Trabalhadores, de se aprovar um marco regulatório para a imprensa. Para ele, a imposição de regras, no caso, visa "tão somente impedir que jornalistas exerçam seu papel democrático de fiscalizar, denunciar e defender os interesses maiores da sociedade".

Jarbas afirmou que tanto o PT quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tiveram seu crescimento "fortemente ligado à liberdade de imprensa", não vendo o senador motivos para as críticas de ambos aos veículos de comunicação.

Segundo o senador, "toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas, a cúpula do Partido dos Trabalhadores se apressa em ressuscitar o chamado marco regulatório da mídia, nome pomposo para um verdadeiro tribunal inquisidor da comunicação, que os petistas querem implantar no Brasil".

Ele classificou de "malfeito atual" a montagem de um escritório político, em Brasília, por parte do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que recebe ministros, parlamentares e outras autoridades. A denúncia foi publicada pela revista *Veja*.

– José Dirceu prefere agir, como sempre fez, nas sombras, incógnito, disfarçado, quase um personagem de filme de espionagem, ou de gângster – afirmou.

Jarbas avalia que "é preferível uma imprensa cometendo excessos e buscando reparar seus próprios erros do que uma imprensa tutelada pelo poderoso de plantão".

O senador assinalou ainda o aumento

de jornalistas assassinados por conta do exercício profissional – cinco do ano passado para cá – e as censuras impostas. Citou como "caso mais exemplar" a proibição, que já dura 766 dias, de o jornal *O Estado de S.Paulo* divulgar qualquer informação sobre o envolvimento do empresário Fernando Sarney em acusações de tráfico de influência.

– Se absurdos como esses acontecem agora, há de se imaginar os riscos que corremos caso o tal marco regulatório do PT seja aprovado pelo Congresso Nacional. Teremos um Brasil no qual os aliados do governo serão tratados de forma diferenciada, pois não são pessoas comuns, para usar a expressão do próprio Lula em relação ao senador José Sarney – disse.



Alvaro: "É inaceitável, querer cercar a mídia"

Waldemir Borreto/Senado Federal

Alvaro: PT quer calar jornalistas com regulação da mídia

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), criticou a movimentação do PT para propor um marco regulatório das comunicações. Para o senador, o partido quer calar a imprensa porque não se conforma com as recentes denúncias de corrupção.

– Quando as denúncias explodem nos principais veículos do Brasil, fala-se em regulação da mídia, como se desejássemos amordaçar a imprensa para que a corrupção pudesse campear fagueira na clandestinidade do submundo do governo – disse.

Documento aprovado pelos delegados durante o 4º Congresso do PT fala em "conspiração midiática" apoiada ou dirigida pela oposição para dissolver a base parlamentar do governo e "derubar a presidente Dilma Rousseff". O partido deve "repelir com firmeza as manobras da mídia conservadora".

– Parece-me não ser o PT um instrumento adequado para definir o que é jornalismo marrom e o que é jornalismo sério no país. Mas é inaceitável, sob qualquer pretexto, querer cercar ou regular a mídia – protestou Alvaro Dias, para quem o Judiciário é responsável por julgar os excessos.

O senador referiu-se à reportagem da revista *Época* sobre tráfico de influência no governo. Segundo a revista, Luciene Carboni, casada com Carlos Carboni, chefe de gabinete da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, teria um escritório no Paraná destinado a prestar consultoria a prefeitos para facilitar a obtenção de recursos públicos.



José Cruz/ABR

Presidente Dilma e ex-presidente Lula participam do 4º Congresso Nacional do PT: discussão sobre marco regulatório teria sido motivada por denúncia sobre escritório político de José Dirceu



Pedro Franco/Senado Federal

Senador enfatiza o perigo de ter a "imprensa tutelada" por normas sobre atividade jornalística

Para Crivella, Tereza Cruvinel deve ficar à frente da EBC



Waldemir Borreto/Senado Federal

Marcelo Crivella elogia capacidade de gestão

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a permanência da jornalista Tereza Cruvinel à frente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal que controla a TV Brasil. O mandato da diretora-presidente vence em outubro.

Em visita recente à TV Brasil, o senador disse ter se impressionado com a qualidade dos estúdios, novos sistemas de computação e câmeras com controle remoto. Essas aquisições ocorreram com recursos orçamentários modestos, ressaltando a capacidade de gestão e a "fibra da mulher brasileira" de Tereza Cruvinel.

– Faça isso por dever de consciência, por reconhecer uma obra extraordinária, as dificuldades que ela superou, todos os obstáculos que venceu. Implantar alguma coisa no Brasil é sempre muito difícil e com orçamentos escassos.

Apesar de elogiar a TV Brasil, Crivella lamentou que o conselho da TV tenha decidido retirar os programas religiosos de sua grade de programação. Ele sugeriu uma audiência pública para debater o tema.

Geovani elogia ampliação do acesso à internet



Waldemir Borreto/Senado Federal

Senador repercute anúncio do ministro Paulo Bernardo

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou anúncio do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, em audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sobre o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). O ministro disse ter recebido determinação da presidente Dilma Rousseff para que, até o final de

2014, 40 milhões de domicílios tenham acesso à internet de alta velocidade.

– Revela-nos o ministro que o acesso à internet deverá ser oferecido no Plano Nacional de Banda Larga, à velocidade mínima de 1 Mbps e ao preço de R\$ 35, incluindo os tributos, ou R\$ 29, sem tributos.

A internet de alta velocidade deve alcançar progressivamente todas as sedes municipais até 2014. Até dezembro deste ano, assegurou, 543 municípios ainda excluídos, de 25 estados, já deverão ter esse tipo de acesso.

– O Amapá é um desses excluídos – afirmou.

Wellington Dias ressalta importância do Pronatec



Pedro Franco/Senado Federal

Wellington Dias aprova expansão do ensino técnico

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) vai ajudar no aumento da mão de obra especializada por todo o país, elogiou Wellington Dias (PT-PI). O senador lembrou que dar seguimento à expansão do ensino técnico no Brasil foi promessa eleitoral da presidente Dilma Rousseff.

O projeto que cria o Pronatec já foi aprovado na

Câmara e deve chegar em breve ao Senado. De acordo com Wellington Dias, o programa objetiva a construção de mais de 200 escolas técnicas no país até 2014 e a extensão, para cursos técnicos profissionalizantes, do alcance do programa de financiamento estudantil, hoje restrito ao ensino superior.

As ações do programa também preveem subsídios governamentais para empresas privadas que invistam no ensino profissional e de capacitação. O senador citou dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) mostrando que a maioria dos estados brasileiros deve enfrentar problemas de falta de mão de obra especializada este ano em algum setor da economia.

Taques: proposta de "controle da mídia" afronta a Constituição

O senador Pedro Taques (PDT-MT) criticou ontem a sugestão de "controle da mídia" defendida pelo PT em sua última convenção, no fim de semana. Na opinião dele, restringir a liberdade de imprensa é uma afronta à Constituição.

– A Constituição estabelece a liberdade de imprensa. É óbvio, é lógico que liberdade rima com responsabilidade. Agora, nós não podemos, sob pena de violarmos a Constituição da República, falar em regulamentação da imprensa – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Liberdade de imprensa pressupõe responsabilidade, diz senador

Taques lembrou os 50 anos da Campanha da Legalidade – movimento de resistência, iniciado por Leonel Brizola, que permitiu a posse de João Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros – como exemplo a ser seguido hoje, quando "muitos entendem que a Constituição valha menos que estatuto de partido político".

Citou ainda Ruy Barbosa: "A Constituição não é um conselho, não é um recado, não é um aviso. A Constituição é uma norma jurídica e essa norma jurídica deve ser obedecida".

O senador destacou também que o Brasil está em posição favorável diante da crise financeira que assola o mundo, o que se deve a contribuições de vários governos passados. Avaliou, no entanto, que o país enfrenta "a maior crise da república federativa, a crise de violação da Constituição".

– Hoje, a resistência nós todos devemos fazer no sentido de resistirmos à violação da Constituição da República. Violação da Constituição da República há todos os dias, inclusive pelos Poderes da República – declarou.

Para Cristovam, reformas da campanha foram esquecidas

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que a Campanha da Legalidade, resistência liderada por Leonel Brizola, marcou a primeira vez que um movimento civil se impôs e impediu um golpe militar.

Cristovam lembrou que a Campanha da Legalidade surgiu em defesa da Constituição federal, para garantir que fosse empossado o vice-presidente da República, João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, ambos eleitos pelo voto direto. Mas, para ele, há outro aspecto da legalidade que ficou esquecido: dar continuidade às propostas de

reformas que o Brasil precisava.

O senador disse que, por exemplo, fazia parte da legalidade a continuidade do trabalho de Paulo Freire pela erradicação do analfabetismo. Ele salientou que hoje, 50 anos depois, o número absoluto de analfabetos no Brasil é maior do que era em 1961.

– Não é possível que não percebamos a falta de ética de uma população, de uma sociedade, de uma nação que é a sétima economia do mundo, ter uma das maiores populações de adultos analfabetos. A [Campanha da] Legalidade não foi vitoriosa nesse aspecto – lamentou.

Cristovam disse que também fazia parte da campanha o início de uma reorientação da economia idealizada em 1930, com protecionismo exagerado, direcionando-a para a competição internacional. Ele assinalou que essa etapa não foi cumprida porque mudou a definição de "competitividade", que migrou dos preços para os produtos novos que ganham mercado.

– A gente consegue competitividade, mas para produzir soja, não para produzir iPads. A legalidade da modernização econômica, da inovação, não foi cumprida – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cristovam lembra as propostas de reformas que não continuaram

João Vicente Goulart diz que 2014, quando se completam os 50 anos do golpe de 1964, pode ser uma data de esclarecimento definitivo sobre o período da ditadura militar

Filho de João Goulart cobra transparência política

O FILHO DO ex-presidente da República João Goulart, João Vicente Goulart, fez um apelo à sociedade brasileira para que aproveite o ano de 2014, quando se completarão cinco décadas do golpe de 1964, para refletir e cobrar das autoridades mais transparência sobre o período.

João Vicente participou ontem da primeira audiência pública do ciclo de debates promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade. A audiência foi solicitada e presidida por Paulo Paim (PT-RS).

A Campanha da Legalidade foi um movimento liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para assegurar que o vice-presidente João

Goulart assumisse a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961.

Segundo João Vicente, apesar de 2014 ser um ano festivo por conta da Copa do Mundo, os brasileiros não podem deixar a data passar em branco.

– É preciso refletir sobre tantas tragédias, tantas mortes e tanto obscurantismo. Ainda há muito para investigar e apurar. Cinquenta anos depois, ainda há resistência à liberação de muitos documentos e informações.

Comissão da Verdade

João Vicente defendeu ainda a instituição da Comissão da Verdade, cujo projeto de criação está sendo examinado pela Câmara (PL 7.376/10).

– Essa comissão poderia, por

exemplo, ter poderes para convocar generais e outras autoridades para prestarem depoimentos, ainda que fosse "sob vara", e facilitar a apuração de casos de violação de direitos humanos na época da ditadura [1964-1985] – opinou.

Indagado por Paim sobre a causa da morte de Jango, João Vicente disse haver evidências de o pai ter sido envenenado com cianureto de potássio e questionou a demora para autorização da exumação do corpo. Jango morreu após parada cardíaca, quando estava exilado na Argentina, em 1976, e a morte é atualmente investigada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a família quer que a Procuradoria-Geral da República assumo o caso.



Geraltio Migeia/Senado Federal

João Vicente Goulart (E), Paulo Paim e Ronaldo Teixeira da Silva: filho de Jango defende instituição da Comissão da Verdade

Debatedores ressaltam legitimidade de Jango

João Vicente Goulart, o senador Paulo Paim e o secretário de Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília, Ronaldo Teixeira da Silva, foram unânimes na defesa da legitimidade e do direito de Jango assumir a Presidência naquele ano de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. Eles destacaram ainda a importância histórica da campanha desencadeada por Brizola para garantir o cumprimento da Constituição.

– Naquela época o vice-presidente era eleito independentemente do presidente. E Jango recebeu mais votos até do que Jânio Quadros. Não tinha por que não assumir o comando do país. A legitimidade de Jango jamais poderia ter sido questionada – afirmou Ronaldo Teixeira da Silva, que representou o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Os convidados lembraram

ainda o legado político de Brizola e a importância do trabalho para o Brasil. Também participaram da audiência o senador Wellington Dias (PT-PI) e o deputado federal Amauri Teixeira (PT-BA).

A próxima audiência do ciclo de debates será na primeira segunda-feira de outubro.

Haverá ainda outro encontro para discutir o tema em 7 de novembro.

O encerramento ocorrerá em 5 de dezembro, quando será exibido o documentário *Jango em Três Atos*, dirigido pelo jornalista da TV Senado Deraldo Goulart, que também participou da audiência na comissão.



Reprodução

Jango e Tancredo Neves em cerimônia militar: cena do filme *Jango em Três Atos*

Estudo dos símbolos nacionais entra no currículo do ensino fundamental

O estudo dos símbolos nacionais passará a integrar o currículo do ensino fundamental. A inclusão do tema foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff,

na Lei 12.472/11, publicada no *Diário Oficial da União* da última sexta-feira. A mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no entanto, só entrará em vigor em 90 dias.

A nova lei acrescenta parágrafo à LDB para prever o estudo dos símbolos nacionais – Bandeira, Hino, Armas e Selo – como tema transversal do ensino fundamental. Isso

significa que o assunto deve ser abordado não como disciplina independente, mas dentro das já existentes.

A Lei 12.472/11 é oriunda de projeto apresentado em 1999

pela então senadora Luzia Toledo (PLS 532/99) e aprovado no mesmo ano pelo Senado. Depois, a proposta seguiu para a Câmara, onde foi aprovada no último mês de junho.

Artigo do filho do ex-vice-presidente José Alencar foi citado pelo senador para mostrar que autoridade monetária agiu com independência e para criticar comentaristas que discordaram da medida de reduzir a Selic em meio ponto

José Pimentel aponta acerto da decisão do BC de reduzir taxa de juros

JOSÉ PIMENTEL (PT-CE) chamou a atenção do Plenário para artigo publicado no domingo pelo empresário do ramo têxtil Josué Gomes da Silva, filho de José Alencar, ex-vice-presidente da República que faleceu no início deste ano. O empresário apoia a redução da taxa de juros decidida pelo Banco Central, disse o parlamentar.

Na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da última quarta-feira, o banco decidiu reduzir a taxa Selic de 12,5% para 12%. Apesar disso, lamentou o senador, a segunda maior taxa do mundo (Turquia) ainda é de menos da metade da taxa do Brasil.

Pimentel lembrou que José Alencar tinha como uma de suas bandeiras a queda dos juros.

O artigo, de acordo com o senador, contesta alguns comentaristas e diz que o Banco Central é autônomo e não



Para José Pimentel, crise de 2008 mostrou que mercados precisam ter regras

atuou sob pressão do governo. Para o autor, o BC ouviu diversos setores da sociedade, mas não se deixa pressionar por nenhum segmento.

Segundo Pimentel, o Banco Central age de forma independente no cuidado com a

moeda brasileira. Ele também criticou alguns financistas que manifestaram sua discordância em relação à redução da taxa básica Selic.

— É chegada a hora de a nossa taxa de juros ser compatível com as de outros países. É

isso que o Banco Central vem fazendo — disse.

Crise mundial

O parlamentar defendeu também a ideia de que é importante o governo pilotar a economia, pois o mercado, que se dizia capaz de autorregulá-la, levou o mundo à crise de 2008, mostrando que é preciso ter regras claras. A falência das economias de países como Portugal, Itália, Estados Unidos e Grécia é o exemplo mais evidente, assinalou o senador, destacando que a dívida grega é 250% maior que a riqueza do país.

— A dívida da Grécia é resultado desse tal mercado, que não soube analisar os riscos verdadeiros — comentou.

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou o pronunciamento de José Pimentel e destacou a atuação da presidente Dilma Rousseff no enfrentamento da crise.

Ferraço rebate críticas à suposta falta de autonomia

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou ontem insinuações de que a decisão do Copom de baixar juros teria sido influenciada pela pressão do governo, o que revelaria uma suposta falta de autonomia do Banco Central.



Ricardo Ferraço

— Nada disso faz o menor sentido. A decisão do Copom surpreendeu, sim, mas foi uma decisão técnica — disse.

O senador lembrou que, em 2008, no início da crise econômica internacional, o Banco Central demorou a reduzir a taxa Selic apesar das medidas tomadas pelo governo. Para Ferraço, a última decisão do Copom foi ousada, mas responsável, já que o mundo estaria à beira de uma crise com as mesmas proporções da de 2008.

— Negar a gravidade do cenário mundial é dar uma de avestruz. É esconder a cabeça na terra — alertou o senador, que disse considerar a decisão do Copom de caráter preventivo.

Wilson Santiago é contrário à criação de nova CPMF



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) declarou-se contra a criação de um novo tributo — semelhante à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — para

o financiamento da saúde pública no Brasil. O parlamentar, no entanto, considerou urgente o aumento de recursos para o setor.

Em sua opinião, novas verbas para a área deveriam vir de fontes como loterias, exploração do petróleo do pré-sal, maior taxação de grandes fortunas e elevação dos impostos sobre cigarros.

— A criação de um novo imposto não é conveniente. Temos consciência da inadequação de qualquer proposta que vise aumentar a carga tributária já bastante elevada que é paga, principalmente, pelo consumidor final.

Raupp: mecanismos de controle da inflação precisam ser dosados



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que é preciso saber dosar o uso dos mecanismos geralmente empregados no controle da inflação, como o depósito compulsório dos

bancos e o controle da taxa de juros, como forma de assegurar ao mesmo tempo o crescimento do país e a neutralização de seus possíveis traumas, como o aumento de preços.

O senador disse confiar na tendência de queda de juros, mas observou que a taxa Selic em 12% ao ano — mesmo após a sua redução em 0,5 ponto percentual pelo Banco Central — ainda é muito alta. Raupp também afirmou que o Brasil corre risco de desindustrialização. Ele ressaltou que o país precisa de uma indústria forte para competir com as mercadorias da China.

Investimentos para a Copa devem ter maior retorno social, diz Paim



Paulo Paim

Investimentos em obras para a Copa e para os Jogos Olímpicos devem ter maior retorno social, como o crescimento da rede hoteleira, dos restaurantes e da programação de arte e

cultura, defendeu Paulo Paim (PT-RS).

O senador também disse que atenderá a pedido da ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e de lideranças de moradores de rua para incorporar ao PLS 6.802/06, de sua autoria, medidas para os moradores de rua previstas no Decreto 7.053/09, do ex-presidente Lula, permitindo a transformação dessas medidas em política permanente. Paim comunicou ainda o abraço no Cristo Redentor, hoje, no Rio de Janeiro, em defesa do reajuste dos aposentados na mesma data que o do salário mínimo.

Cícero quer reajuste salarial de policiais e bombeiros paraibanos



Cícero Lucena

Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou apoio à luta de policiais militares e civis e de bombeiros da Paraíba por reajuste salarial. De acordo com o senador, um soldado

paraibano recebe cerca de R\$ 1,3 mil mensais, 30% do que ganha o mesmo profissional em Sergipe.

Ele informou que, apesar de o salário de policiais e bombeiros paraibanos ser um dos piores do Nordeste, o governador, Ricardo Coutinho, acionou a Justiça e derrubou lei que concedia reajuste aos profissionais de segurança.

— O reflexo dessa falta de sensibilidade está nas ruas. O paraibano sente-se inseguro — disse, destacando o aumento do número de assaltos a bancos, de explosões de caixas eletrônicos e de sequestros-relâmpagos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Geovani Borges • Pedro Taques • Valdir Raupp

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal — E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 — Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar — Brasília, DF
Cep: 70.165 — 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Fernando Collor comenta conferência sobre crise líbia

Mais de 60 países, incluindo o Brasil, participaram de conferência diplomática realizada em Paris no último dia 1º para discutir a transição na Líbia. O registro foi feito em Plenário por Fernando Collor (PTB-AL). A conferência foi promovida pelas principais potências – Reino Unido e França – que dão apoio às forças rebeldes, contrárias ao regime do coronel Muamar Kadafi, e visou consolidar o reconhecimento do Conselho Nacional de Transição (CNT) e legitimar o papel de mentores da nova liderança líbia que as duas potências estão exercendo. Também procurou mostrar como fato consumado a derrota de Kadafi, embora o CNT ainda não tenha o domínio completo da Líbia e persistam bolsões de beligerância no país.

A conferência, segundo Collor, representa a cristalização, no plano diplomático, da capacidade de intervenção da França e do Reino Unido, que,



Conferência foi promovida pelo Reino Unido e pela França, destaca Collor

embora não tenham contado com a ajuda norte-americana, mostraram poderio bélico e liderança política. A Líbia tem pouco interesse para os Estados Unidos, mas é país estratégico para a Europa, explicou.

Reino Unido e França tiveram função decisiva na revolta líbia e, além das perspectivas em torno do fornecimento de petróleo, Collor acredita que o comércio e as obras de reconstrução estão na mira das potências líderes da operação contra Kadafi.

Jucá manifesta preocupação com pragas em plantações

Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou ontem preocupação pelo fato de as plantações de seu estado sofrerem com o ataque de quatro pragas que afetam árvores frutíferas: cochonilha rosada do hibisco, ácaro vermelho, ácaro hindu e mosca da carambola.

Segundo o senador, as pragas são provenientes da Venezuela e da Guiana. Por isso, em sua opinião, é necessário ampliar a fiscalização das fronteiras. Até mesmo as mudas das plantas frutíferas estão proibidas de deixar Roraima em direção ao Amazonas e de lá serem levadas para o resto do país.

Jucá informou ter participado de reuniões sobre o tema. Ele agradeceu ao Ministério da Agricultura e ao governo federal por ter tomado providências e auxiliado na luta contra as quatro pragas.

Segundo matérias mencionadas pelo parlamentar, o ácaro vermelho atinge a banana, o hindu atinge os frutos cítricos e a cochonilha rosada afeta as mudas de plantas frutíferas.



Senador pede atenção com a barreira fitossanitária na fronteira

Amazonas comemora 161 anos de autonomia, registra Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou os 161 anos de autonomia política do estado do Amazonas, comemorados ontem. Ela explicou que o estado pertencia à província do Grão-Pará e foi elevada à condição autônoma em 5 de setembro de 1850.

A parlamentar disse que a data inicia a Semana da Pátria no estado e conta com desfile de estudantes e outros eventos.

A senadora lembrou também que o primeiro europeu a aportar na região teria sido o espanhol Francisco de Orellana, entre 1540 e 1542. Assim, a Amazônia pertenceu à Espanha até o advento do Tratado de Madri, quando foi cedida a Portugal, em 1750.

Vanessa disse que a data comemorativa serve para a

população brasileira e os amazônidas refletirem sobre a importância da Amazônia para o Brasil. Apesar de a região Norte apresentar desenvolvimento econômico significativo nos últimos anos, pontuou, a desigualdade regional brasileira ainda é grande e precisa ser enfrentada em favor de um país mais igualitário.



Senadora destaca importância de enfrentar desigualdades regionais

Em debate na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, estudiosos defendem a ideia do decrescimento como forma de preservar o planeta e a Humanidade

Padrão de consumo precisa diminuir, dizem especialistas

EM AUDIÊNCIA ONTEM no Senado, sobre o tema “Decrescimento: por que e como construir”, especialistas condenaram o desenvolvimentismo, que leva a um consumo de recursos naturais acima da capacidade do planeta, e discutiram formas de conduzir a Humanidade a um padrão de redução de crescimento. O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF) e ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Philippe Léna, diretor do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), da França, classificou o decrescimento como um conceito mais impactante que o de desenvolvimento sustentável, porém necessário. Ele disse que a raça humana está “à beira do abismo, pisando no acelerador”, e ressaltou que nenhuma causa natural em

1 milhão de anos produziu tanto efeito sobre a Terra. Léna mostrou preocupação com o consumo insustentável dos recursos naturais e previu que a escassez trará mais conflitos armados.

Para ele, o aumento das desigualdades e a diminuição do nível de emprego atestam que índices tradicionais de desenvolvimento como o produto interno bruto (PIB) perderam o sentido, pois “o bolo não pode nem deve crescer”.

Carlos Alberto Pereira Silva, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, considerou que há um paradoxo entre a crise ecológica sem precedentes e a manutenção da ilusão de um ideal desenvolvimentista. O professor defendeu uma ética “ecoantropocêntrica”, lembrando que as pessoas fazem parte de uma comunidade de vida mais ampla e dividem espaço com muitas espécies.

Ele avalia que faz falta um “egoísmo inteligente”, no qual

o cuidado com outras espécies seja visto como defesa da própria espécie humana. Na sua opinião, a lógica desenvolvimentista pode estar ligada ao culto ao corpo e à violência. Como alternativa, aposta na valorização dos saberes das populações indígenas e iletradas.

João Luiz Homem de Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que o padrão de consumo deve ser reduzido, principalmente nos países ricos. Ele destacou o papel do Clube de Roma e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas na apresentação de estudos que respaldam o decrescimento – tese que, em seu ponto de vista, deve ser dirigida principalmente às crianças.

O automóvel foi considerado “irracionalidade completa” pelo professor, que correlacionou a ineficiência do transporte individual ao aumento do efeito estufa. Ele defendeu a construção de prédios que dependam menos de refrigeração e aquecimento, além da relocação da produção de alimentos, tornando-a mais próxima dos consumidores.

Validade de índices como o produto interno bruto foi contestada durante encontro



Cristovam Buarque (2º à esq.) preside debate com os professores Philippe Léna, Carlos Alberto Pereira e João Luiz Carvalho

Proposta veda cobrança de medidor de consumo

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examina hoje uma pauta com dez itens, como o que proíbe as concessionárias dos serviços de água e energia elétrica de cobrar do cidadão o fornecimento e a instalação de medidor do consumo. Segundo o relator do projeto de lei da Câmara (PLC 42/10), Inácio Arruda (PCdoB-CE), embora a Lei 8.987/95, que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, não esclareça a quem cabe o ônus da instalação dos medidores, em geral essa despesa é paga pelas concessionárias e repassada na tarifa aos usuários.

A pauta também inclui proposta que autoriza o Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos

Hídricos. Pelo projeto (PLS 139/09), apresentado pelo então senador Sérgio Zambiasi, o fundo será constituído por recursos do Orçamento da União; por aplicações financeiras dos recursos próprios; pelo saldo de exercícios anteriores; e por contribuições, subvenções, auxílios, legados e doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades e organismos de natureza pública e privada, nacionais e internacionais.

Outro projeto (PLC 166/10) a ser analisado pela comissão prevê a criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para a promoção e a integração dos diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas.

A CI, presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), também deve examinar projeto que prevê a retomada, pela União, dos portos fluviais delegados a estados e municípios. A Constituição determina que compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão, todos os portos brasileiros, sejam eles marítimos, fluviais ou lacustres. A Lei 9.277/96 autorizou a União a delegar a municípios, estados e Distrito Federal a administração e a exploração de rodovias e portos federais.

Para a autora do projeto (PLS 362/11), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “a descentralização da administração não é a melhor forma de assegurar o bom desempenho dos portos”.



Proprietários de terra precisam fazer a declaração do ITR todos os anos: parte do imposto arrecadado vai para a União, parte vai para os municípios

Augusto Barroque/Imagem

Terras ociosas pagam imposto mais alto

O ITR não é daqueles impostos que têm como objetivo gerar receita para o governo. Em 2010, as fazendas do Brasil pagaram R\$ 526 milhões em ITR. É um montante irrisório. Como comparação, a Prefeitura de São Paulo arrecadou R\$ 4,05 bilhões com IPTU no mesmo ano – oito vezes mais.

O objetivo do ITR é impedir que as terras rurais fiquem ociosas: incentiva a produção agropecuária e impede a especulação imobiliária.

O mecanismo é o seguinte: quanto maior a porção de terra dedicada à atividade econômica, menor o imposto.

– É justo. Não faz sentido onerar quem produz mais – diz Joaquim Adir, supervisor do ITR na Receita Federal.

O ITR tem, também, um mecanismo pelo qual as fazendas maiores pagam mais que as menores. Não há imposto mais alto que o cobrado do latifúndio improdutivo. Uma terra com mais de 5.000 hectares que não produz nada ou muito pouco paga, de ITR, 20% do valor de mercado. Ao cabo de cinco anos, o dono acaba desembolsando com o imposto 100% do valor da fazenda. Assim, ele se vê obrigado a produzir ou a vender a terra.

Sem malha fina, tributo sofre com fraudes

A arrecadação com o ITR seria mais alta se as declarações fossem verificadas com meticulosidade. Diferentemente do IPTU, fixado pela prefeitura, o ITR pago à Receita Federal é calculado pelo próprio dono da terra.

– De má-fé, ele declara que a terra vale pouco e produz muito. Paga menos imposto. A Receita não fiscaliza, e todos burlam – afirma Bastiaan Reydon, professor de Economia da Unicamp.

Em 2005, criou-se a possibilidade de as prefeituras fiscalizarem. Quando o prefeito firma esse convênio com a Receita, 100% do ITR fica no município. Sem convênio, 50%. As prefeituras são mais rígidas que a Receita Federal porque, para elas, o ITR é fonte considerável de receita.

– Quando é cobrado para valer, o ITR estimula a produção. A prefeitura, então, arrecada mais com ICMS [o imposto sobre circulação de mercadorias] – acrescenta Renato Culau, da Confederação Nacional dos Municípios.

Os municípios, porém, não têm agido. Falta um programa de computador que a Receita está criando. O supervisor do ITR, Joaquim Adir, diz que ficará pronto em breve e que há fiscalização:

– Quando as declarações estão erradas, a Receita refaz os cálculos e aplica multas.

Donos de fazenda têm até dia 30 para fazer declaração do "IPTU rural"

Quem perder prazo para declarar a terra terá de pagar uma multa proporcional ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) devido; neste ano, Receita Federal espera receber 6 milhões de formulários

TODOS OS ANOS, donos de casas e apartamentos pagam o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os proprietários de fazendas, sítios, pastagens e plantações têm uma obrigação semelhante. O equivalente rural do IPTU é o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Já está aberto o período de entrega das declarações. O prazo acaba no dia 30. O proprietário rural deve baixar o programa do ITR no site da Receita Federal e enviar o formulário pela internet.

Quando a terra é menor que 200 hectares (500 hectares no Polígono das Secas e na Amazônia Oriental, ou 1.000 hectares no Pantanal e na Amazônia Ocidental), a declaração também pode ser entregue ao Banco do Brasil, à Caixa ou aos Correios.

Pela internet, o envio deve ser feito até as 23h59 do dia 30. No caso dos bancos e dos Correios, no horário de funcionamento da agência.

Estão isentas do ITR as pequenas glebas rurais. Mesmo sem imposto a pagar, é preciso fazer a declaração.

Quem perder o prazo para a entrega será multado. A multa, por mês de atraso, é de 1% do imposto devido. Para os imóveis rurais isentos do ITR, a multa é de R\$ 50.

Até a sexta-feira passada, 1,2 milhão de formulários haviam sido enviados. A Receita espera receber 6 milhões de declarações neste ano.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

▶ O QUE É

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um **tributo federal** que se cobra anualmente das propriedades rurais. Precisa ser pago pelo proprietário da terra, pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título.

▶ COMO SE CALCULA

O imposto varia conforme o **tamanho** da propriedade, o **valor** e o grau de **utilização**. Quanto maior a terra, maior o imposto a ser pago. Quanto mais utilizada (com atividades de agricultura ou pecuária), menor o imposto. Alguns exemplos de ITR a ser pago (em % do valor da terra nua tributável):

Pequena propriedade com produtividade alta

0,03%

Pequena propriedade ociosa

1%

Grande propriedade com produtividade alta

0,45%

Grande propriedade ociosa

20%

▶ O QUE NÃO ENTRA NO CÁLCULO

São excluídas do cálculo do ITR, por exemplo, as porções de terra com algum tipo de **proteção ambiental** e as cobertas por **florestas**.

▶ QUAL É O DESTINO

Uma parte do dinheiro arrecadado vai para o Orçamento da União. A outra parte vai para as **prefeituras** dos municípios onde as fazendas se localizam.

▶ QUEM NÃO PAGA

O imposto não precisa ser pago quando se trata de **pequena gleba rural** (inferior a 30 hectares*), desde que o proprietário não tenha outro imóvel rural ou urbano; e de terreno rural de **instituições sem fins lucrativos** de educação e assistência social, quando utilizados na atividade-fim

▶ QUEM PRECISA DECLARAR

Toda terra deve ser declarada anualmente à Receita, ainda que esteja isenta do ITR (como a pequena gleba rural).

▶ COMO DECLARAR

O programa de declaração deve ser baixado no **site da Receita** (www.receita.fazenda.gov.br), preenchido e enviado pela internet. Quando a terra é menor que 200 hectares (ou 500 hectares no Polígono das Secas e na Amazônia Oriental, ou 1.000 hectares no Pantanal e na Amazônia Ocidental), a declaração também pode ser entregue ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal ou aos Correios.

▶ ATÉ QUANDO DECLARAR

O prazo para o envio da declaração termina no próximo **dia 30**. Quem perder o prazo pagará uma multa, proporcional ao imposto devido. Caso o imóvel seja isento, a multa será de R\$ 50.

▶ O QUE OCORRE COM QUEM NÃO DECLARA

Quem não declara ou não paga o ITR **não consegue vender** o terreno rural **nem obter financiamentos**.

* ou inferior a 50 hectares no Polígono das Secas e na Amazônia Oriental ou inferior a 100 hectares no Pantanal e na Amazônia Ocidental

No Senado, novo Código Florestal amplia isenções

O projeto do novo Código Florestal, que tramita no Senado, amplia os casos de isenção do ITR. Hoje, estão isentas as porções de fazenda cobertas por floresta. Pela proposta (PLC 30/11), também ficam livres do ITR as terras desmatadas que agora estão "em recuperação" – deixaram de ser exploradas para que a mata volte a crescer.

Para o Greenpeace, um incentivo tributário desse tipo é injusto.

– O projeto trata os diferentes de maneira igual. Quem derubou a floresta ilegalmente e lucrou plantando, criando gado ou cortando madeira terá o mesmo prêmio de quem a vida toda seguiu a lei e manteve a mata intacta. Somos a favor de incentivo, mas não dessa maneira. E não esqueçamos que é dinheiro público – argumenta Marcio Astrini, um dos coordenadores do Greenpeace.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) discorda. "Não podemos olhar a questão com o retrovisor e com visão punitiva", diz Anaximandro Almeida, assessor da entidade.

– Se o produtor transformou uma área ambiental em área produtiva, e pode ter sido numa época em que isso não era ilegal, ele pagou ITR. Se recupera esse passivo ambiental, nada mais justo que fique isento do imposto.

Saiba mais

Cartilha da Receita Federal ensina a fazer a declaração
<http://migre.me/5Df4A>
(arquivo em PDF)

Dúvidas podem ser tiradas pelo Receitafone
Telefone 146

